



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

ROANA DA SILVA GOUVEIA

PELO DIREITO DE NÃO SER UMA EXPLICAÇÃO

SÃO LUÍS-MA
2020

ROANA DA SILVA GOUVEIA

PELO DIREITO DE NÃO SER UMA EXPLICAÇÃO

Artigo apresentado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Martina Ahlert.

SÃO LUÍS-MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

da Silva Gouveia, Roana.

Pelo direito de não ser uma explicação / Roana da Silva Gouveia. - 2020.

51 f.

Orientador(a): Martina Ahlert.

Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

1. Decolonial. 2. Interseccionalidade. 3. Pessoas trans. 4. Universidade. I. Ahlert, Martina. II. Título.

ROANA DA SILVA GOUVEIA

PELO DIREITO DE NÃO SER UMA EXPLICAÇÃO

Artigo apresentado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Martina Ahlert.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. DR^a. MARTINA AHLERT (ORIENTADORA)
DOUTORA EM ANTROPOLOGIA SOCIAL PELA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA (UnB)

PROF^a. DR^a. CÍNDIA BRUSTOLIN
DOUTORA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE SUL (UFRGS)

PROF^a. DR^a. MARIA CRISTINA BUNN (APOSENTADA)
DOUTORA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
CEARÁ (UFC)

AGRADECIMENTOS

Este artigo só foi possível graças ao amor incondicional de duas pessoas. Primeiramente minha mãe, Ana Cláudia que investiu muito do seu trabalho afetivo e doméstico não remunerado para que eu dispusesse de tempo livre e disposição para me dedicar a este intento. Em segundo lugar, meu irmão Maycon, por todo o companheirismo e afeto de sempre. Vocês são os motores da minha vida.

Quero agradecer ainda à fraternal amizade de Raiama Portela, que de generosidade e sensibilidade enriquece minha vida cotidianamente. A Lorena Dominici, irmã que a vida me deu, por todo acolhimento e troca. A Gabriel Campelo por encher minha vida de poesia e por igualmente ser família. Sua amizade me mostra que ser homem não é antônimo de delicadeza e ternura. Agradeço ainda a Dinho Araújo pelo acolhimento, trocas intelectuais e por cobrir minha quarentena de arte. A Isabella Miranda por todo carinho e troca. Seu compromisso intelectual/profissional e inteligência são inspiradores. A Lucas Emanuel pela leveza de ser e me fazer rir sempre, seu humor e inteligência emocional são indispensáveis.

Enfim, a todos(as) os queridos(as) amigos(as) e colegas que marcaram minha trajetória acadêmica. Vocês todos(as) estão em mim.

Aproveito o ensejo para agradecer ainda a disposição das(os) entrevistadas(os): Eliara, Caio, Catarina, Diana, Júlia, Teodoro e Kauê. Suas vozes foram essenciais.

A Prof^a. Maria Cristina Bunn por seu generoso olhar didático. E, por fim, meu agradecimento especial à Prof^a Martina Ahlert pela sensibilidade e compromisso incansável com o trabalho intelectual e científico. Sua condução foi fundamental para a concretização deste escrito.

A todas as vozes silenciadas pela cisheteronormatividade!
(in memoriam)

RESUMO

Neste trabalho apresento as reflexões sobre as experiências de sete pessoas trans, no contexto de São Luís – Maranhão, que estão ou já estiveram na universidade, pensando os desafios da transgeneridade frente à cisgeneridade nas várias esferas sociais até o acesso a esse espaço. Os dados da análise foram obtidos através de um questionário *online*, de caráter dissertativo. Em um primeiro momento fiz uma abordagem mais biográfica dos(as) entrevistados(as), em torno dos eixos “perfil” e “trajetória” do questionário, discutindo pontos importantes que se sobressaíram das respostas e os possíveis diálogos entre elas. Já adiante faço uma abordagem com base no terceiro eixo “marcadores sociais e experiências”, pensado para discutir sobre questões mais subjetivas referentes à autopercepção, leitura social e lugar no mundo.

Palavras-chave: pessoas trans; universidade; interseccionalidade; decolonial

ABSTRACT

In this proposal I present the reflections on the experiences of seven trans people, in the context of São Luís – Maranhão, who are or have been at the university, thinking about the challenges of transgenerity in the face of cisgenerity, in many social spheres until access to this space. The analysis data were obtained through an online questionnaire, of an essay way. At first, I took a biographical approach of the interviews, around the “profile” and “trajectory” axis of the questionnaire, discussing important points that stood out from the answers and the possible dialogues between them. Already ahead, I make an approach based on the third axis “social markers and experiences”, designed to discuss more subjective issues regarding self-perception, social reading and place in the world.

Keywords: trans people; university; intersectionality; decolonial.

Pelo direito de não ser uma explicação

Roana da Silva Gouveia

As inquietações e tensionamentos propostos neste escrito surgem como resultado do *insight* tido a partir de um vídeo da CeCe Grace, drag queen conhecida por suas intervenções artísticas nas ruas da capital paulista e por seus vídeos na internet¹. Segundo CeCe, seu trabalho busca provocar o imaginário das pessoas acerca das noções de normalidade e, para isso, faz uso de maquiagens e próteses para criar uma imagem “monstrificada” de si. No vídeo em questão, ela usa duas próteses em cada um dos ombros para dar o efeito de chifres saindo de seu corpo, além de lentes pretas nos olhos, dando o aspecto de tatuagem ocular, bem como uma prótese de pele com agulhas imitando perfurações corpóreas. Em dado momento, ela é interpelada por um rapaz para explicar qual o conceito da sua aparência, no qual responde: *“Eu só existo e você tira suas conclusões!”*.

A força de sua asserção me impactou de tal modo, me despertando para refletir sobre como o lugar que ocupamos no mundo forja nosso olhar sobre ele. Que dispositivos são esses que autorizaram aquele rapaz, por exemplo, a requisitar uma explanação sobre um corpo que não o seu? Que lugar ele ocupa? Sua localização lhe confere esse direito? Por quê? Tais perguntas ecoaram em mim com mais força ainda após meu contato com o pensamento feminista negro (COLLINS, 2019; HOOKS, 2017) e com a teoria decolonial² (LUGONES, 2014; MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2009, 2005).

¹ GRACE, Cece. Provoke: estranhos reagindo no Omegle. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2htN-xBfnLA&ab_channel=CeCe> Acesso em: 3 set de 2020.

² Embora não homogêneo, podendo ser sinônimo de “descolonial” no contexto latino-americano, em especial o argentino (como vemos em María Lugones e Walter Mignolo), o movimento decolonial por si só situa uma disputa epistemológica. Porém, minha escolha pelo uso de “decolonial” aqui está em consonância com o raciocínio do sociólogo Aníbal Quijano (2009) para quem a diferença entre os conceitos consiste na sua associação. Para o peruano, “descolonial” se liga à noção de “colonialismo”, ao passo que “decolonial” à “colonialidade”. Dessa forma, “Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem

Estes questionamentos iniciais tiveram solo fértil na crítica feminista negra, precipuamente no que tange à categoria analítica da interseccionalidade, conceitualmente cunhada pela professora jurista da teoria crítica de raça estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991) e expandida por outras teóricas das ciências humanas, como Patricia Hill Collins (2019) e bell hooks (2017). Resguardadas as diferenças do contexto estadunidense, os postulados acerca das opressões interseccionais vividas pelas mulheres afro-americanas, me ajudaram a pensar os vários fatores que atravessam a existência de quem é alijado socialmente, levando-se em consideração seu agenciamento, baseado na ideia de subjetividade ativa que “expressa-se infrapoliticamente” (LUGONES, 2014).

Nessa empreitada inquietante a buscar caminhos outros, reflexos da minha própria existência precarizada ocupando esse “lócus fraturado” (LUGONES, 2014) que me demanda pensar para além do eixo normativo como estratégia de sobrevivência, ainda deparo-me com variados olhares e intelectualidades que me possibilitam enxergar a pluriversidade do existir humano. Uma pluriversidade, cujo mundo moderno calcado na colonialidade, relegou à margem em nome de uma universalidade que se pretende deslocalizada geopoliticamente (MIGNOLO, 2008), à medida que se eclipsa de neutralidade.

Por essa razão, resolvi me debruçar reflexivamente – a partir deste lugar que ocupo no mundo enquanto mulher, trans, negra e empobrecida – sobre as questões propostas aqui, pensando também meu acesso à academia e das pessoas trans que por lá encontrei. O emprego do termo “pessoas trans” neste trabalho vai de encontro ao corrente uso dentro da militância, servindo como um dispositivo aglutinador das identidades “travesti” e “transexual” (CARVALHO; CARRARA, 2013). Transexual se referindo tanto a mulheres quanto a homens.

As “conquistas do movimento trans e de outros movimentos” (SCOTE, 2017, p. 138) nas últimas décadas ensejaram um avanço nas políticas de

dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado.” (QUIJANO, 2009, p. 73).

inclusão³ e, por consequência, uma mudança nas configurações do ensino no Brasil. Ainda assim, somos poucas(os) dentro da universidade e a transfobia e o cissexismo⁴ estrutural da sociedade brasileira – líder do ranking mundial de LGBTfobia, segundo os dados do Grupo Gay da Bahia – ainda empurra 90% da população de transexuais e travestis para a prostituição (SILVA e LUNA, 2019). Com base nisso, quero pensar que outros elementos possibilitam a quebra dessa narrativa convencional acerca da nossa população. Busco com isso enfim, quebrar com estereótipos e essencialismos que cercam e reforçam os processos de discriminação do T da sigla.

Por fim, apresento este trabalho como conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, na modalidade bacharelado. Ele está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresento os procedimentos metodológicos que fundamentam os dados apresentados neste artigo: no tópico subsequente abordo o percurso biográfico dos(as) entrevistados(as) de forma mais objetiva, dada a natureza mais concreta das perguntas dos dois primeiros eixos do questionário aplicado para esta análise⁵. Já o tópico seguinte, dando maior ênfase à reprodução das falas das(os) analisadas(os) sobre percepções, leituras sociais e sentidos ocupados no mundo, abordo de maneira mais subjetiva dado o caráter mais abstrato do último eixo do questionário.

³ Cotas raciais, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), nome social nas redes de ensino, dentre outros.

⁴ Entendendo por cissexismo o conjunto de ideias que estruturam a discriminação de pessoas trans, dessa forma, “cissexismo é entendido como uma forma de sexismo que parte de um grupo identitário nomeado como cisgênero” (KAAS, 2015, p. 6). O termo *zissexeuell* (cissexual) foi usado pela primeira vez em 1991 por Volkmar Sigusch, sexólogo, psicólogo e sociólogo alemão, em seu artigo *“Die Transsexuellen und unser nosomorpher Blick”* (Transexuais e Nossa Visão Nosomórfica). Em 1995 o autor faz nova menção ao termo em seu artigo *“Transsexueller Wunsch und Zissexeuelle Abwehr”* (Desejo Transsexual e Defesa Cissexual). Os dois artigos compuseram, em 1998, um ensaio intitulado *“The Neosexual Revolution”*. Posteriormente usado por teóricas cis (como Kristen Schilt e Laurel Westbrook), feministas e militantes trans (Julia Serano, Carl Buijs), o prefixo cis- e suas variações ganharam repercussão mundial, sendo considerada uma importante categoria de análise dos processos discriminatórios institucionais e sociais sofridos por pessoas trans. No Brasil, o termo foi primeiramente traduzido e conceituado em 2011 pela redatora, tradutora e ativista trans Hailey Kaas, através do blog <<https://transfeminismo.com/>>. Em 2013, o termo foi adicionado ao catálogo de verbetes do Oxford English Dictionary.

⁵ O questionário da pesquisa está disponível no apêndice.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A despeito dos riscos que uma investigação dita “mais engajada” oferece, este trabalho se ancora em duas questões éticas caras para mim, entendendo que “uma investigação sempre tem um objetivo ético” (COLLINS, 2019, p. 425). A primeira é pensa-lo como uma forma de retribuição pelo caminho pavimentado graças à luta e sangue das gerações de travestis e transexuais que me antecederam. Assim, é com base no que Collins (2019) chama de “individualismo socialmente responsável” que minha conduta profissional busca estar alinhada às urgências e agências da comunidade trans. A segunda, e talvez mais importante, é o propósito de romper com essa tradição “sujeito-objeto” do fazer científico ocidental, desanuviando esse olhar laboratorial, na medida em que me coloco nos dois lados da moeda: sujeito analista e sujeito analisado. Para isso, aciono aqui a ideia da perspectiva parcial (HARAWAY, 1995) que me permite fugir dos pressupostos de uma pretensa neutralidade axiológica (WEBER, 1983), tendo em mente que “que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros.” (KILOMBA, 2016, p. 17).

Tendo claro ainda que a ciência⁶ não está dissociada da atividade política, sendo no interior dessa relação de interdependência que os processos de legitimidade, inteligibilidade e validação do conhecimento ocorrem, pois “fazer ciência é fazer política” (BENTO, 2011), que me coloco no direito e no dever de tomada de posição, enquanto intelectualidade que não se pretende descorporificada. E esse corpo é coletivamente político.

Toldada por essa orientação teórico-metodológica, busquei dentre as pessoas trans da minha convivência (em São Luís – Maranhão) quem tivesse disposição para participar da minha investida analítica. Consegui o aceite de sete pessoas, sendo três homens trans, duas mulheres trans e duas travestis. Construí um questionário *online*, com a contribuição da minha orientadora, a

⁶ A Pandemia da COVID-19 vem nos mostrando de forma mais explícita a consistência dessa afirmação. Estamos assistindo a uma “guerra biopolítica” sendo travada pela disputa da vanguarda da vacina. Tanto por parte dos grandes monopólios farmacêuticos, com seus protocolos que desfavorecem pequenos laboratórios, como também das potências nacionais com seus conflitos históricos de poder.

Prof^a. Dr^a. Martina Ahler⁷, contendo quatorze questões dissertativas divididas em três eixos: 1) perfil; 2) trajetória e 3) marcadores sociais e experiências. As perguntas foram direcionadas para a reflexão sobre os desafios, o acesso e a permanência na universidade, com base nas experiências de gênero⁸ de cada entrevistada(o).

A escolha de um questionário *online* se deu tanto pelo cenário de pandemia da COVID-19, quanto pela possibilidade de manter um canal de comunicação aberto para possíveis esclarecimentos. Assim, fizeram parte do processo analítico diálogos anteriores e posteriores à execução do questionário, bem como a revisão de literatura concernente à temática, levando em consideração os procedimentos e critérios de pesquisas feitas através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) (MILHOMEM; GENTIL; AYRES, 2010). Não obstante, estas ferramentas de pesquisa não tiveram o intuito neste trabalho de fazer um apanhado exaustivo da literatura sobre a temática em questão, servindo apenas como uma bússola em direção às pesquisas que se destacam e se relacionam com meu exame.

Ponto ainda que este intento investigativo se valeu de outras linguagens que pudessem dialogar com minha análise, buscando enriquecer o olhar científico. Então, faço uso de referências audiovisuais (filmes, séries e vídeos) que de alguma forma se conectam com a narrativa proposta. Ciente que são apenas recursos sem pretensão de esgotar a discussão.

Por fim, o uso recorrente da forma substantiva dos verbos, destacando o gerúndio, se ancorou em três razões: 1) na forma discursiva “chamamento e resposta” (COLLINS, 2019), pensando o escrito como um diálogo⁹; 2) na ideia

⁷ Docente do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Participa do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP/UFRJ) e do Laboratório de Antropologia e História (LAH/Museu Nacional/UFRJ). Atua principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, direitos humanos, religiões afro-brasileiras, antropologia e grupos populares.

⁸ Levando em conta o olhar interseccional sobre o qual este escrito se assenta, aciono aqui a definição de gênero segundo Verena Stolcke (1990), para quem as relações de gênero se estruturam através do cruzamento entre classe, raça e sexo, conectando seu postulado a também importante reflexão de Judith Butler (2012), que pensa o gênero como *performance* ajustada à concepção de gênero e sexo como sinônimos, rejeitando noções pré-discursivas.

⁹ Para June Jordan (1985 *apud* COLLINS, 2019, p. 417-418) “Nossa linguagem é um sistema construído por pessoas que constantemente necessitam insistir que existimos. [...] Nossa linguagem remonta a uma cultura que abomina toda forma de abstração, ou qualquer coisa que tenda a obnubilar ou apagar o fato do ser humano que está aqui e agora, a verdade da pessoa que está falando ou ouvindo. Consequentemente, *não existe possibilidade de construção de voz passiva no inglês negro*. Por exemplo, você não pode dizer: ‘O inglês negro está sendo

de processo, ressaltando sua natureza não conclusiva e 3) no sentido de movimento, se conectando à ideia de trânsito e não fixidez das identidades.

OCUPANDO O MUNDO: VOZES DA PESQUISA

Neste tópico farei uma abordagem mais biográfica dos(as) entrevistados(as), em torno dos eixos “perfil” e “trajetória” do questionário *online*, discutindo pontos importantes que se sobressaíram das respostas e os possíveis diálogos entre elas. Lembrando que o caráter dissertativo das respostas é um efeito da escolha não determinista das perguntas que, na falta de um contato presencial, possibilitam ver as nuances de cada interlocução. Com isso, reitero o caráter mais reflexivo e menos conclusivo desta análise.

CAIO

De uma família tradicional de classe média, Caio, um homem trans de 33 anos, iniciado recentemente no Tambor de Mina, tem na militância sua principal via de autoafirmação e transformação do mundo. Formado em Ciência da Computação, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e ocupando um cargo da sua área na Secretaria de Direitos Humanos do estado, conta como o marcador de classe foi preponderante na sua formação escolar. É possível que sua classe social e sua formação tenham resultado na sua empregabilidade que foge do roteiro convencional relativo às experiências trans no Brasil, cujo índice de precarização do trabalho (MOTT e OLIVEIRA, 2020) é considerável.

Atualmente dividindo moradia com uma amiga travesti, Caio já passou por vários perrengues envolvendo moradia, de assédio moral da vizinhança à agressão física por parte de locatário, ao que ele atribui a evidente transfobia. Para Gayle Rubin (2003), pensando o sistema de opressão sexual que produz identificação, vigilância, apreensão, tratamento, encarceramento e punição, esse tipo de situação demonstra que

eliminado’. Em vez disso, você tem de dizer: ‘Pessoas brancas estão eliminando o inglês negro’. O pressuposto da presença da vida rege o inglês negro como um todo [...]. Cada frase pressupõe a participação viva e ativa de ao menos dois seres humanos, o falante e o ouvinte.”.

Além das penalidades econômicas e da tensão familiar, o estigma da dissidência erótica cria fricção em todos os outros aspectos da vida cotidiana. O público geral auxilia a penalizar a não conformidade sexual quando, de acordo com os valores que lhes foram ensinados, locatários negam habitação, vizinhos chamam a polícia, e vadios cometem assédio sancionado. (RUBIN, 2003, p. 31)

Caio fala ainda dos desafios que sua experiência de gênero trouxe para a convivência em família. Com a infância precocemente marcada por repressão familiar, desde que seu “jeito masculino de se vestir” se evidenciou, relata ainda que muitas de suas recordações desse período e da pré-adolescência se perderam no tempo, podendo ser um dado manifesto de um trauma que afetou sua memória (JUNIOR e MORENO, 2012).

Conforme sustenta Gayle Rubin:

As famílias têm papel crucial no reforço da conformidade sexual. Muito da pressão social é trazida para suportar a negação aos dissidentes eróticos dos confortos e recursos que a família possui. A ideologia popular sustenta que não se espera da família produzir ou acolher a não conformidade sexual. Muitas famílias respondem tentando reformar, punir ou exilar membros que sejam ofensores sexuais. (RUBIN, 2003, p. 31)

Dessa forma, não é muito difícil encontrar nas narrativas familiares da população “heterocisdiscordante” (CARDIN e GOMES, 2018) histórias de violência, muitas vezes culminando em abandono afetivo parental.

Caio relata ainda que um marco do seu reconhecimento ao universo masculino se deu no percurso escolar, quando na maior parte do tempo era com os meninos que estabelecia laços de amizade, sendo raro o contato com as meninas. Para ele isso indicava que “as pessoas sempre me viam de forma masculina, não que eu não gostasse, mas não sabia o que isso significava”. Essa retórica do “clube do Bolinha” versus “clube da Luluzinha” é um dos primeiros eventos que marcam nossas experiências na escola. É nesse espaço coletivo, um dos que mais sentimos a vida se generificar. Concretizadas do uso ao banheiro às aulas de educação física, as dificuldades que se apresentam para as pessoas trans nessa fase se relacionam diretamente com o alto índice de evasão escolar. Como aponta Santos (2016)

O problema é ainda maior quando se trata da educação formal de pessoas trans. Inúmeras são as dificuldades pelas quais uma pessoa trans vê-se obrigada a passar em diversas sociedades, sobretudo a brasileira, principalmente devido aos obstáculos vivenciados nas instituições escolares durante o processo de formação. Apesar da inexistência de dados estatísticos sobre a evasão escolar da população LGBT, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, afirma que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando-se que aproximadamente 73% dessa população se evade da escola (SANTOS, 2016, p.13).

Sendo uma das principais instituições reprodutoras dessas dicotomias que operam a cosmovisão ocidental (COLLINS, 2019), não é de se admirar que justo nesta fase sentimos mais fortemente a necessidade de nos encaixarmos nesse binarismo, a custo de alijamento, caso não consigamos.

Se valendo de seus privilégios de classe, Caio pôde amortecer os impactos que a LGBTfobia e o cissexismo poderiam causar no seu trajeto escolar¹⁰, podendo concluir essa fase marcante e muitas vezes traumatizante. Outros dois fatores foram cruciais nessa trajetória. Um foi o fato de sua consciência racial ter se dado tardiamente, o que ele atribui ao “esquecimento das origens negras e indígenas” por parte da família. O outro, decerto conclusivo, foi sua transição de gênero ter se concretizado a partir dos 30 anos, destoando da grande maioria de pessoas trans, cujo processo se dá logo na adolescência ou na primeira fase da vida adulta (KRÜGER e *et al.*, 2019, p. 6).

Refletindo sobre essa questão da transição me veio à mente um diálogo provocante da série *Transparent*¹¹ no qual a ex-esposa e amiga de Maura, protagonista da série, comenta que a mudança de sua ex-companheira configurou a transição de toda a família, tamanho o impacto desse acontecimento na dinâmica familiar. E isso é inequívoco nos relatos acerca dos tensionamentos, acordos e conflitos gerados por esse corte no roteiro

¹⁰ Cabe ainda trazer à luz a análise de Francisco Ednardo Barroso Duarte (2015) que por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, chegou à conclusão de que tais “dados apontam que a evasão escolar entre jovens de 18 a 24 anos ainda é alta no Brasil e este abandono pode refletir um quantitativo de questões sociais que justificam a sua não-permanência nas escolas brasileiras, entre elas, arriscamos dizer que o preconceito e as diferentes formas de discriminação colaboram para a desistência escolar.” (DUARTE, 2015, p. 35).

¹¹ Série televisiva estadunidense difundida pela Prime Video, criada e dirigida por Jill Soloway. Foi ao ar de 2014 a 2019, encerrada com cinco temporadas. A trama da obra gira em torno de uma mulher trans (Maura) que passa a vivenciar seu gênero a partir dos 68 anos, depois de uma família formada (esposa e três filhos) e carreira acadêmica consolidada.

cisnormativo, que no caso de Caio resultou numa ruptura com sua família e a maior parte de suas relações pré-transição.

Se refletindo na configuração dessas relações, depois da transição, Caio conclui que “hoje meu círculo de amizades é completamente diferente de antes da transição”. Mesmo ainda mantendo contato com a família, principalmente com a mãe, Caio pontua que esse contato sempre foi motivo de sofrimento, da primeira transição, quando se assumiu lésbica para os pais, à segunda, aos 30, quando decidiu se hormonizar, iniciando a transição de gênero. Para ele a autonomia financeira é um elemento fundamental para o alívio dessa angústia, pois não morando no mesmo teto dos pais pode viver suas idiossincrasias. Percebo ainda na descrição de Caio que o Tambor de Mina possui relevância considerável em sua vida, tendo na figura da mãe de santo travesti Andressa Sheron uma grande mentora.

CATARINA

Natural de São Luís, onde se graduou em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Catarina, 26 anos, hoje reside na cidade do Rio de Janeiro, onde se pós-graduou pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Educação, Catarina conhece bem, na prática e na teoria, os mecanismos que estruturam a educação no Brasil, essencialmente no que tange à vivência de corpos divergentes.

Autodeclarada pagã, travesti e negra, ela divide moradia com sua esposa, uma tia e uma prima. Sua vivência lhe confere assim um grau maior de ininteligibilidade diante da hegemonia (BENTO, 2011) na medida em que, além de destoar das premissas cisnormativas (VERGUEIRO, 2016) que preconiza uma coerência entre genitália e gênero, ela também se distancia da sede heteronormativa.

Marcada por violência, principalmente psicológica por sua constância, a narrativa de Catarina confirma um dado social referente à experiência LGBT¹²

¹² Propus o uso desse termo por sua recorrência nos trabalhos e escritos de gênero e sexualidade, ciente, contudo, das mudanças e adições que vêm ocorrendo à sigla por conta das lutas sociais de outras comunidades sexuais e identitárias. Uma variante da sigla muito utilizada na atualidade, buscando ser mais inclusiva com as demais demandas e urgências, é a

na escola, que conforme Rogério Diniz Junqueira assegura “transcende tanto aspectos de ordem psicológica, quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos etc.” (JUNQUEIRA, 2009, p. 375). Mas, segundo Catarina, tal circunstância foi atenuada por ela fazer parte da rede privada de ensino. Evidenciando que a classe social é um importante marcador de diferenciação nas experiências de violência e, mesmo não nos protegendo inteiramente, nos confere certo grau de sanidade. Como declara Catarina, “nunca sofri agressões físicas, minimamente a escola (privada) me assegurava isso”, embora não menos dolorosas, pois “meninas, meninos e professores faziam chacotas e piadas bem veladas”, as agressões psicológicas deixaram marcas indelévels e marcaram seu caminho escolar. Sistemáticamente o alunato já não é encorajado a ver nos professores pessoas reais, humanamente vulneráveis, mas mestres e, como tais, revestidos de poder dentro da binária hierarquia “mestre x aprendiz”. Quanto mais quando do mesmo modo se transformam em agentes da violência nesses espaços institucionais.

Segundo Teixeira-Filho, Rondini e Bessa,

[...] não nos surpreende saber que @s docentes não sejam a primeira fonte de informação d@s alun@s. O fato de est@s irem conversar primeiramente com @s amig@s mostra-nos a necessidade de investimentos em educação por pares e no protagonismo juvenil, sendo que a figura d@ professor@ pode muito bem ser acompanhante desse processo de construção do conhecimento, sem que se restrinja à posição de mestria ou detentor@ de um saber verdadeiro sobre a sexualidade. (TEIXEIRA-FILHO; RONDINI; BESSA, 2011, p. 736).

Em face disso, podemos apreender que esse tipo de conduta é antes um sintoma do próprio modelo educacional brasileiro (corolário do sistema ocidental) característico de uma “educação bancária” (FREIRE, 1996), do que só uma postura moralmente individual, como já nos advertia o patrono da educação brasileira.

Em um ambiente que favorece comportamentos concorrenciais em detrimento de um aprendizado abalizado pela troca e, se tratando das práticas de gênero em que as narrativas destoantes da cisheteronormatividade

(VERGUEIRO, 2015) são suplantadas, não é difícil perceber porque para a população LGBT a escola é um terreno potencialmente hostil. Discípula de Paulo Freire, bell hooks nos convida a pensar essa questão de maneira mais propositiva. Para a educadora

Quando a educação é a prática da liberdade, os alunos não são os únicos chamados a partilhar, a confessar. A pedagogia engajada não busca simplesmente fortalecer e capacitar os alunos. Toda a sala de aula em que for aplicado um modelo holístico de aprendizado será também um local de crescimento para o professor, que será fortalecido e capacitado por esse processo. (HOOKS, 2017, p. 35).

O cinema é um veículo exemplar de abordagem dessa problemática. Considerado polêmico até os dias atuais, pela cena de dois adolescentes nus tomando banho juntos, o romance dramático dinamarquês *Você Não Está Sozinho*¹³, de 1978, explora o despertar da sexualidade de garotos numa escola interna. Embalado pela onda pós-maio de 68 que balançou as bases do pensamento ocidental, essa obra, muito à frente de seu tempo, já trazia questionamentos pertinentes ainda nos dias de hoje.

Numa das cenas mais emblemáticas do filme, um dos meninos, Aske, se manifesta em sala, apoiado pelo restante dos colegas, contra o diretor e em favor do seu amigo Olie. Segundo ele sua expulsão foi injusta e arbitrária. Como porta-voz da turma, Aske pede que o diretor saia da sala para que eles discutam a situação do colega. O diretor, reagindo de maneira incisiva e incrédulo por ter sua autoridade questionada, nega o pedido. Diante da negativa, todos decidem se retirar da sala, numa clara manifestação de desobediência à norma que os oprimia.

Por não conseguir reagir à violência, na maioria das vezes Catarina se recolhia, mas sua reação como fica aparente na sua trajetória, se deu pela via do enquadramento ao ensino. Assim, foi se mantendo como boa aluna que ela conseguiu reduzir os danos da violência e ter o mínimo de apoio institucional para manter sua integridade. Sua escolha pela área da educação talvez seja indício desse percurso-percalço. Seja finalmente sua reação mais enfática e eficaz.

¹³ Título original: *Du Er Ikke Alene*. Direção: Ernst Johansen e Lasse Nielsen. (90min)

DIANA

Aos 23 anos e concluindo o curso de Biologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Diana, uma mulher trans negra, relata que mora com os pais, de quem sempre teve apoio. Declara inclusive sua importância no início do seu reconhecimento e transição de gênero. Entre os 16 e os 17 anos, decidindo que iria transicionar, Diana pontua: “comecei com intervenções hormonais. [...] meus pais no começo só me alertaram que seria difícil, mas minha mãe me acompanhou nas minhas primeiras sessões com o endócrino”. Dessa maneira, usufruindo do plano de saúde pago pelo pai, Diana pôde começar a terapia hormonal com acompanhamento médico, destoando da realidade da maioria esmagadora de travestis e transexuais que, por razões sócio-econômicas, não podem acessar os devidos cuidados de saúde (KRÜGER, 2018).

O acesso a esse acompanhamento, dada as condições gerais da saúde no Brasil, passa por inúmeras limitações, principalmente de acolhimento das demandas da população trans, devido à falta de políticas públicas de saúde específicas a essa realidade. Ademais, como observa Krüger e *et al.* (2019) “o uso contínuo de hormônios está associado à raça, renda e idade, assim como a busca por orientação de profissionais de saúde, que também está relacionada à escolaridade.”. Um exemplo prático dessa situação pode ser visualizado nos diversos grupos e fóruns existentes nas redes sociais e pela internet. Na ausência de meios mais seguros e eficazes de acessar essa “tecnologia de gênero” (LAURETIS, 1994) que possibilita materialmente sua vivência, o que resta à grande maioria desse grupo é recorrer e confiar na experiência de travestis e transexuais mais experientes. Para Alícia Krüger essa

[...] cultura da automedicação no Brasil encontra uma especificidade entre travestis e mulheres transexuais que, historicamente, pelo não acesso a serviços e insumos de saúde, criaram seu próprio modo de se hormonizar. Essa cultura permanece viva e pode, também, auxiliar na explicação sobre as altas taxas de automedicação. Ademais, neste caso, a lógica da automedicação não é para cura ou amenização de um agravo, mas sim pela busca do prazer e satisfação com a autoimagem, até mesmo a busca por felicidade. Tal hipótese encontra força nos achados do presente estudo, em que grande parte das travestis e mulheres transexuais repassam

orientações sobre uso de hormônios umas às outras. (KRÜGER, 2018, p. 64).

Em seu perfil no Facebook, a travesti Giulianna Nonato¹⁴, anunciando sua retomada à hormonização, afirma:

[...] hoje voltei a me harmonizar, pra lembrar no futuro qual dia foi. Eu não queria, mas tenho receio de como meu corpo se desenvolveria nos próximos anos, sem hormônio. Medo dos traços "masculinos" ficarem evidentes de um jeito que não dê mais pra modificar a não ser com cirurgia plástica. Não tenho disforia, não rejeito nada no meu corpo, mas não quero ser vista como um homem que eu não sou. Foda isso, ter que fazer mediações com o olhar do outro. Enfim, e lá vamos nós, estradiol... (NONATO, 2020)

Marcada ou não por processos disfóricos¹⁵, as narrativas sobre terapia hormonal variam bastante e, como explicitado acima, depende de muitos fatores, dentre eles raciais, de classe, geracionais e educacionais. Quando o filósofo e escritor feminista transgênero, Paul. B. Preciado cria o que ele chama de “protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona sintética” (PRECIADO, 2008), o faz negando as propriedades essenciais de um corpo e, por conseguinte, o poder¹⁶ do Estado em administrá-las. Vestindo-se de

¹⁴ NONATO, Giulianna (Giulianna Nonato). Só pra deixar registrado aqui que hoje voltei a me harmonizar, pra lembrar no futuro qual dia foi. São Paulo, 25 nov. 2020. Facebook: travadeluta. Disponível em: < <https://www.facebook.com/travadeluta/posts/1376435492701472> > Acesso em: 25 nov. 2020.

¹⁵ Catalogada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), usualmente conhecido como DSM-5, da Associação Americana de Psiquiatria, a disforia de gênero se caracteriza pelo constante desconforto com as marcas e signos do gênero designado no nascimento. Cabe ressaltar ainda que a noção de “Disforia de Gênero” constante no DSM-5 foi apenas uma mudança tangencial em relação à patologização da transexualidade, que antes era designada como “Transtorno de Identidade de Gênero”, e como constata Kaas (2015), essa pequena conquista se deu graças à “grande movimentação ativista do STP [*Stop Trans Pathologization*] e de outros grupos que visavam a despatologização das identidades trans” (KAAS, 2015, p. 5). A meu ver esse movimento de despatologização é de suma importância para o nosso processo de reconhecimento, legitimidade, desestigmatização e autonomia, porém vale destacar que o nosso sistema de saúde segue as diretrizes do manual supracitado. Portanto, estrategicamente no que tange às políticas públicas de saúde para a população trans ainda significa que minimamente podemos ser assistidas, mesmo que por esse viés. Desta feita, os vários ambulatórios do país voltados para a saúde LGBT são um reflexo dessas diretrizes. No que se refere à população trans, em específico, os serviços, a depender da localidade, variam do acompanhamento endocrinológico à cirurgia de transgenitalização.

¹⁶ Artigo aqui a noção de poder com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), para quem o poder é “aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais. Conseqüentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos

autonomia e autodefinição, Preciado (2008, p. 107) afirmara “Não quero o gênero feminino que me foi atribuído no nascimento. Não quero tampouco o gênero masculino que a medicina transexual me promete e que o Estado me acabará outorgando se me comporto bem. Não quero”.

Desse modo, não é incomum encontrar posturas que corroboram com os postulados do teórico espanhol. Diana mesmo relata que o seu saber em biologia, atrelado ao autoconhecimento corporal adquirido ao longo do tempo associado às experiências de outras pessoas trans, a fez abrir mão em alguns momentos de acompanhamento médico. Sendo o principal motivo disso o desconforto com o olhar ainda patologizante dos médicos sobre a não cisgeneridade.

Assim, se é importante pensarmos os meios que possibilitam o acesso de corpos dissidentes à saúde, principalmente no que diz respeito às suas demandas de gênero (acompanhamento endocrinológico, transgenitalização, etc.), cabe-nos pensar de que forma esse acolhimento se dará. Para a farmacêutica clínica, Alícia Krüger, tal acolhimento tem como obstáculo

[...] o preconceito arraigado na cultura dos profissionais de saúde, que desrespeitam e deslegitimam as identidades trans, além de ainda haver, na cultura médica, uma patologização atrelada à questão trans, o que afugenta pessoas trans dos serviços de saúde. (KRÜGER, 2018, p. 18).

Dessa forma, muitas vezes estamos entre a cruz e a espada, ou nos automedicamos e corremos o risco de adoecermos ou buscamos ajuda médica e nos adoecemos do olhar cissexista e transfóbico do corpo médico.

ELIARA

Como ela mesma se declara “*sou travesty¹⁷, com Y mesmo*”, Eliara, maranhense natural de São Luís, artista, *performer* e bailarina, aos 25 anos

e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento.” (QUIJANO, 2005, p.119).

¹⁷ Muito comum na comunidade LGBT, essa apropriação, e resignificação, das palavras dialoga com a perspectiva da “guerrilha de linguagem” (Coulthard, 1991). O próprio Pajubá, como disserta Lima (2017) em seu livro *Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*, o caráter subversivo desse código tem como objetivo criar formas de resistência e impedimento do epistemicídio, à medida que se apropria do direito de nomeação, desmantelando a lógica de poder que há sobre o domínio da linguagem.

graduada em Comunicação das Artes do Corpo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem nas mulheres seu maior referencial de vida. Filha de pais separados, foi através da mãe, irmãs, avó, amigas e outras pessoas transexuais e travestis que forjou sua feminilidade.

Reconhecida como uma pessoa branca no contexto maranhense, Eliara sentiu sobressair-se a carga de ser uma travesti, nordestina e pobre no sudeste. Como aponta, sua entrada na universidade “significou acessar uma estrutura bem cisnormativa branca. E ter que iniciar debates com outras pessoas violentadas para questionar. E se reintegrar desse espaço.”. Sinal de como os marcadores sociais se interseccionam, Eliara relata ainda que foi com as travestis pretas da periferia da capital paulista onde encontrou mais conforto diante da violência transfóbica, xenofóbica e classista de São Paulo. Buscando estabelecer uma conexão entre território e a construção das subjetividades, problematizando as noções de “periferia” e “centro”, no que tange à problemática de gênero e sexualidade, tendo como campo de análise a “Praça do Sucão” no centro da cidade de Campinas, Larissa Pelúcio (2011) expressa que

[...] nordestinos, ainda que possam se entender como brancos são antes percebidos como pobres, e assim, menos brancos. O que acaba tendo implicações referentes às sexualidades, a estilos de masculinidades, de feminilidades e de vivências fora da heterossexualidade. (PELÚCIO, 2011, p. 119)

Ainda ruminando sobre os determinantes sociais que atravessam os reconhecimentos identitários em face dos marcadores da diferença, aciono o que conclui bell hooks (2017), em seu tratado sobre a educação:

Nas minhas conversas, constatei que as feministas brancas de origem pobre frequentemente sentiam que sua compreensão das diferenças de classe as ajudava a ouvir, sem se sentir ameaçadas, as mulheres de cor falarem sobre o impacto da raça e da dominação. Pessoalmente, percebo que muitas das minhas amigas e laços feministas mais profundos se formam com mulheres brancas que nasceram na classe trabalhadora ou pertencem à classe trabalhadora e compreendem o impacto da pobreza e da privação. (HOOKS, 2017, p. 144)

Esse viés de pensamento além de nos revelar os multifatores que envolvem as relações sociais, nos conduz a varrer ideias essencialistas acerca

dos grupos ditos “identitários”. Identidade¹⁸ aqui é antes um recurso e um convite à responsabilidade de nos portarmos no mundo despidos de uma “naturalidade” pré-discursiva, portanto, “o ponto de partida do processo de autodefinição” (COLLINS, 2019), do que uma égide de isenção à autorreflexão que norteia a “política identitária dominante” (MIGNOLO, 2008), como nos alerta o semiólogo argentino.

Como profissional do corpo, Eliara reúne bem essa ideia de não fixidez das identidades, quando afirma: “nasci em trânsito”. Dentre muitos trabalhos que desenvolveu ao longo da sua carreira profissional, essencialmente no espaço urbano, hoje ela pensa espaços de interação corporal voltado para pessoas trans. Segundo Eliara, enquanto corpos sistematicamente violentados, não estamos acostumadas(os) ao toque. Esse de ternura que nos faz sentir vivas(os). Para a bailarina, é importante que criemos essa cultura em nossos corpos treinados pelo toque efêmero do sexo predatório.

No tocante à pandemia da COVID-19, Eliara continua em trânsito. Hoje fazendo parte de uma residência artística (com sede em São Paulo) que reúne artistas de diversos países da Europa e da América Latina, seu trabalho visa criar conexões transnacionais entre as diversas linguagens artísticas nos espaços urbanos, voltadas especialmente para os corpos não normativos. Assim, essa residência tem sido um prato cheio para que possa executar seus projetos envolvendo pessoas trans.

Dentre seus trabalhos mais recentes se destaca a ocupação *Terreiro Travestys: memórias encantadas de reviravoltas* que consistiu num ciclo de conversas intitulado *Tramaturando Giras: pajubando de lugares e feitiços*, realizado via *online*, objetivando segundo Eliara “criar encruzadas entre os caminhos trilhados e as narrativas que precisam ser elaboradas nos movimentos de luta dos direitos da população TTQI+”. A performer que há algum tempo é iniciada no Candomblé reforça ainda que essa atividade enseja a “elaboração de narrativas e memórias capazes de reescrever nossas

¹⁸ No tocante a uma pretensa fixidez identitária, estabeleço diálogo com Stuart Hall (2005), para quem a identidade é formada através de um longo processo inconsciente e relacional. Assim, para o sociólogo anglo-jamaicano “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.” (HALL, 2005, p. 13)

histórias pessoais, sociais e políticas em tecnologias de encantamento e reviravolta”.

JÚLIA

Das(os) entrevistadas(os) Júlia foi a única que não quis falar a idade. Sua recusa em denunciar sua faixa etária me fez pensar sobre a baixa expectativa de vida das pessoas trans no Brasil, que chega a 35 anos (LUCON, 2015; BRASIL, 2012) – fazendo o país ocupar o topo do ranking de mortes¹⁹ (incluindo homicídio e suicídio) motivadas pela discriminação homotransfóbica – e como nem há tempo para se sentir velha e buscar esconder a idade, quando se é travesti ou transexual no solo brasileiro. Buscando uma comparação histórica, ressalvadas as devidas diferenças contextuais, só para termos uma ideia, essa era mais ou menos a expectativa de vida dos brasileiros não escravizados no século XIX. Sinal mais que evidente do quanto somos invisibilizadas(os) e desassistidas(os) social e institucionalmente. E como mulher trans e negra, Julia entende bem que quando não se pertence à classe hegemônica no Brasil, viver é uma questão de teimosia.

Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Designer de Interiores pelo Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA) e no momento fazendo mestrado em Psicologia (UFMA), a ludovicense que sempre teve o apoio incondicional da mãe, comenta que nunca se preocupou com a opinião das pessoas a respeito do seu gênero e sua cor. Como declara:

Nunca me ative à percepção ou julgamentos alheios, se me julgavam (julgam) verdadeira ou falsa, problema de quem perde seu tempo

¹⁹ Segundo dados da ONG Grupo Gay da Bahia “em 2019, 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%)” (MOTT e OLIVEIRA, 2020). O ano recorde, segundo o relatório, foi 2017 em que 445 pessoas LGBTs tiveram suas vidas ceifadas. Em se tratando do estado do Maranhão, não há dados oficiais relativos a esse tipo de violência. Conforme informações que obtive do ativista, militante e Coordenador Estadual de Políticas LGBTs, Carlos Alberto Mendes Lima (Betinho) da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), os dados sobre violência LGBTfóbica são obtidos extraoficialmente através das ONGs espalhadas pelo estado, que esse ano de 2020 computaram, até o momento, 11 assassinatos e 3 tentativas de homicídio por razões discriminatórias. Ainda de acordo com Betinho, essas informações são subnotificadas porque a Secretaria de Segurança Pública não dispõe de sistema para tipificar as violências homotransfóbicas.

tentando dizer o que sou algo que só compete a mim, enquanto ser verdadeira ou falsa sou real e isso é inegável. (RODRIGUES, 2020)

Essa postura autocentrada de Júlia, no bom sentido do termo, se refletiu nas suas atitudes, da escola à vida acadêmica. O episódio contado por ela de sua reação a uma agressão sofrida na escola, ainda na infância, quando deu um “banho de mingau quente” em um garoto que a empurrou, é bem sintomático de uma conduta reativa perante a violência e a objetificação. Não à toa, é rápida em assinalar que para ela sua assunção à universidade significou uma “demarcação de território”. Percebi isso quando a conheci em 2015 liderando a luta pelo estabelecimento do uso do nome social²⁰ para as pessoas trans na Universidade Federal do Maranhão.

Travada desde 2013, sua batalha significou muito para a comunidade trans acadêmica. Logo após nosso primeiro contato pude ver se concretizar esse propósito tão almejado individualmente por Júlia, e tão impactante coletivamente para todas(os) que vivem fora da cisnorma. Falando dessa matriz dicotômica que regula os comportamentos e atributos do ser homem e do ser mulher, Júlia nos lembra que “por mais que eu seja uma mulher trans negra, o que mais se evidencia é a transexualidade e nesse ponto tem que se abordar a passabilidade, como divisor de águas na população trans”. A hormonização e as intervenções corporais são marcos dessa experiência de trânsito, atribuindo valor e legitimidade às travestis, mulheres e homens transexuais, até mesmo dentro da própria comunidade, objetivando galgar o muro da inteligibilidade. Nesse contexto, a passabilidade²¹ como objetivo final

²⁰ A previsão do uso do nome social nas instituições de ensino no Brasil, em todas as suas modalidades, foi instituída em 2015 através da Resolução nº 12, de janeiro deste mesmo ano, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT (criado pelo Decreto 7.388/10), órgão ligado a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Com o atual governo bolsonarista, o Decreto nº 9.883 (revogando o 7.388/10), de junho de 2019, modificou e restringiu as atribuições deliberativas do conselho que hoje está subordinado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, servindo apenas como órgão de consulta e chamando-se Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ainda sobre essa questão, em 2018 o Supremo Tribunal Federal, através da ADI 4.275, acordou que pessoas transgêneros têm o direito de modificar seus prenomes e sexos no registro civil sem a necessidade de trâmite judicial ou cirurgia de transgenitalização. Cabendo ao Conselho Nacional de Justiça a regulamentação dessa decisão, em junho de 2018, este publicou o Provimento 73/2018, dispondo das regras para a averbação da alteração de nome e sexo de pessoas trans, conferindo obrigatoriedade do acato do expediente a todos os cartórios nacionais.

²¹ Segundo Pontes e Silva, “a noção de ‘passabilidade’ [...] expõe o desenvolvimento de contornos e traços corporais que, no limite, garantem a possibilidade de uma pessoa ser reconhecida como cisgênera. [...] Ao estabelecer como objetivo último da transição a

constante em muitas dessas narrativas expõe dois efeitos dessa conquista. Um da ordem do ser: ser lido(a), legítimo(a), humano(a). O outro da ordem do não ser: não ser uma coisa, uma explicação, um(a) monstro(a). Problematicando essa questão pensando os processos de regulação, Julia Serano evoca que

Nenhum tipo de qualificação deveria ser imposta ao termo “mulher trans” com base na capacidade de uma pessoa em “passar” como mulher, nos seus níveis hormonais ou na configuração de seus genitais - até porque, é um óbvio machismo reduzir qualquer mulher (trans ou quaisquer outras) somente às suas partes corporais, ou exigir que ela viva de acordo com certos ideais ditados socialmente no que diz respeito à aparência. (SERANO, 2007, p.8)

Em seu tratado epistemológico, Patricia Hill Collins busca fazer um gancho entre o exercício da autodefinição e os processos de resistência. Sabendo que “um sistema de opressão tira grande parte de sua força do consentimento de suas vítimas, que aceitaram a imagem dominante de si mesmas e ficaram paralisadas por um sentimento de impotência” (MURRAY, 1987, p. 106 *apud* COLLINS, 2019, p. 182) para Collins, pensando a realidade das mulheres afro-americanas, é o espaço privado da sua própria intimidade, isto é, o seu interior que permite

[...] às mulheres negras suportar e, em muitos casos, transcender os limites das opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade. [...] como grupo conseguimos encontrar forças para fazer frente a nossa objetificação como “mulas do mundo”? Como explicar as vozes de resistência de Audre Lorde, Ella Surrey, Maria Stewart, Fannie Barrier Williams e Marita Bonner? Que alicerce sustentava Sojourner Truth quando ela perguntou: “Por acaso não sou uma mulher?”. A voz dessas mulheres afro-americanas não é de vítimas, mas de sobreviventes. Suas ideias e ações sugerem que não apenas existe um ponto de vista autodefinido das mulheres negras como grupo, mas que sua presença tem sido essencial para a sobrevivência das mulheres negras nos Estados Unidos. (COLLINS, 2019, p. 180-181).

Aliado a essa noção de consciência individual vejo como profícuo a conectarmos à ideia de formação de uma consciência coletiva para o fortalecimento do embate político. Buscando compreender de que forma os novos estudos e discursos sobre a diversidade sexual e de gênero,

possibilidade de ‘passar por cis’, a experiência da passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia. O uso de hormônios ganha contornos em um cenário que intensifica competições e atualiza relações de poder [...]” (PONTES; SILVA, 2017, p. 403-404).

incorporados e emergidos do movimento transfeminista, foram e são importantes para a dinâmica de luta, Jaqueline Gomes de Jesus e Hailey Kaas situam que

[...] o ativismo social cada vez mais frequente entre homens e mulheres transexuais e travestis, praticado de forma mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero. Isso se relaciona ao fato de que as pessoas passam a se perceberem e são percebidas como integrantes de um grupo social antes invisível, partilham crenças e sentimentos com outros indivíduos trans, e começam a se comprometer subjetivamente com o grupo. (JESUS e KAAS, 2012, p. 10).

Como coloca Collins (2019), a importância do poder da autodefinição consiste nas ferramentas necessárias que ele fornece para dismantlar a lógica de opressão. Ao nos autodefinirmos, distituímos o outro do poder de nos descrever. Assim, se os estereótipos que rondam as existências trans são fruto da violência cissexista, a autodefinição é sua negação.

Vejo a importância de salientar ainda que rente aos elementos de autonomia e “subjetividade ativa” (LUGONES, 2014) soma-se as inconsistências e contradições das estruturas de opressão. Ao que Berenice Bento provoca afirmando que a “tão celebrada estrutura é muito mais esburacada e fissurada do que nos fazem crer as concepções que a interpretam para além da história, dos conflitos entre atores e atrizes ou como algo da esfera pré-discursiva” (BENTO, 2011, p. 87). Reconhecendo “passabilidade” que possui, Julia se valeu de certa facilidade em transitar nesse espaço e poder perceber suas fissuras e transformá-las em portas para as pessoas trans na universidade. Para Fausto Delphino Scote (2017),

O exercício da militância no contexto universitário surge como um imperativo na construção das políticas inclusivas para esse segmento no interior destas, uma vez que permite a transição de uma política feitas —”pelo/a” “outro/a” em uma política construída —”com” o/a outro/a. A participação das pessoas trans é essencial na construção de ações que ampliem a visibilidade e debates sobre questões relacionadas a população LGBT. (SCOTE, 2017, p. 126-127)

Dessa maneira, sua inteligibilidade foi usada assim não para reforçar a hierarquia social que há sobre o gênero, pelo contrário, foi antes um veículo usado em prol daquelas e daqueles cuja “passabilidade” sempre atropelou.

Mesmo que isso não signifique mais que o mínimo para assegurar ao menos o direito ao nome, sem dúvida foi um marco dentro da Universidade Federal do Maranhão que infelizmente ainda é um espaço muito pouco ocupado por pessoas trans.

KAUÊ

Especializado em Botânica Tropical pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e graduado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o biólogo Kauê de 27 anos, natural de Brasília, relata que a sua vida escolar, assim como a acadêmica, foi tranquila quanto à sua experiência de gênero. Iniciando sua transição aos 19 anos, foi através de “informações disponibilizadas na internet”, como afirma que se deu sua percepção identitária.

O impacto das mídias seja jornal, televisão e, mais fortemente no século XXI das mídias sociais (internet), é inegável e figura na narrativa corrente acerca dos desenvolvimentos de conhecimento e reconhecimento. Desse modo, é bem comum nos depararmos, dentro da comunidade trans, com a constatação da importância que a internet e, mais especificamente, as mídias sociais tiveram e têm nos processos de difusão de informações a respeito da diversidade sexual e de gênero. Dessa forma, a internet facilitou o florescimento das subjetividades, já potencializadas no terreno do que Giddens (1997) chama de “modernidade reflexiva”, como consequência do pós-tradicionismo. Para o autor é no momento que a sociedade se lava das concepções de localidade, tradição e parentesco, que os projetos do eu calcado na diversidade e pluralidade se apresentam. Em seu tratado antecedente em que reflete sobre a questão da transformação da intimidade nas sociedades modernas, Giddens (1993) faz uma conexão entre a dissolução das estruturas tradicionais e o fortalecimento da capacidade de autorreflexão e autodeterminação dos indivíduos. Ao que Bruno Latour (1994) vai desmistificar afirmando que o Brasil, por exemplo, nunca foi moderno. Portanto, é uma ilusão acharmos que superamos a tradição. Para o autor

Não há nenhuma relação simples entre as características de um momento histórico e a questão de saber se ele é ou não moderno. A modernidade seria portanto uma ilusão? Não, é muito mais que uma

ilusão, e muito menos que uma essência. E uma força acrescentada a outras, as quais por muito tempo teve o poder de representar, de acelerar ou de resumir, mas a partir de agora não mais, não completamente (LATOURET, 1994, p.45).

Os próprios discursos trazidos aqui evidenciam a consistência da argumentação do sociólogo francês, na medida em que a família (um dos principais símbolos da tradição) é acionada o tempo todo, tendo papel de protagonismo nos roteiros aqui descritos. Endossando esse debate trago à discussão a antropóloga mexicana Rosalía Winocur, do Departamento de Educação e Comunicação da Universidade Autônoma Metropolitana do México, especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), para quem as novas tecnologias contemporâneas não significaram uma dissolução das engrenagens tradicionais, mas apenas configurou uma mudança significativa do seu funcionamento. Como afirma a teórica,

A incorporação das tecnologias de comunicação e informação ao lar encerra como condição de existência prévia universos geracionais muito distintos de experiência em relação ao tempo, ao espaço, à sociabilidade, à afetividade, ao conhecimento e às formas de inclusão social, que entram em constante tensão com a necessidade dos membros das famílias de estarem comunicados, localizáveis e disponíveis uns para os outros. (WINOCUR, 2014, p. 22)

Friso ainda a importância de salientar que com base no seu estudo analisando a relação de pais e filhos com essas novas tecnologias de informação, Winocur destaca que a inserção das TICs nas dinâmicas das famílias, principalmente de classe média, mexeu com a base das autoridades dos adultos na medida em que esses novos recursos informacionais são autorreferentes, prescindindo da “autoridade tradicional dos pais” que “se assentava na inquestionabilidade do que sabiam e valorizavam”. Dessa maneira, esclarece que

Os jovens não brigam com as TICs, eles as domesticam, mas em um sentido totalmente diferente ao dos adultos. Eles se acoplam naturalmente a elas porque elas não só são instrumentos para se comunicar como também constituem um pilar fundamental da natureza dos seus vínculos sociais. As TICs têm um sentido vital, e também lúdico, e o seu uso implica a construção de uma rede de pertencimento, um espaço de sociabilidade e um lugar de socialização. (WINOCUR, 2014, p. 19)

Se antes, enquanto “esquema de poder, a escola era uma aliada incondicional, porque muito deste capital simbólico estava vinculado à educação como reprodução do status quo” (WINOCUR, 2014, p. 21), com o advento da internet, as possibilidades de se informar e se inscrever no mundo se expandem. Muito embora isso não signifique uma ruptura com o esquema já estabelecido, como reforça Winocur, para quem

[...] “a cultura digital” não se opõe a uma “cultura não digital”, e nesse sentido chama a atenção como os adolescentes e os jovens descrevem as dificuldades dos adultos, ou de seus pais, explicando que as pessoas mais velhas têm uma relação muito mais insegura, limitada e “sofrida” com as TICs do que eles, porque eles nasceram em outra época, sem a necessidade de opor ambas experiências como os seus pais e mentores fazem. (WINOCUR, 2014, p. 23)

Como reflete Donna Haraway, “a libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade” (HARAWAY, 2009, p. 36). Assim, conhecimentos que antes estavam relegados ao gueto, puderam emergir da escuridão das esquinas predatórias para as luzes cibernéticas da realidade virtual. Travestis, transexuais, homens trans e qualquer pessoa que não cabia nas vestes da “cisgeneridade” (VERGUEIRO, 2015), deixando-se atravessar pela máquina de *bits*, puderam vislumbrar a liberdade das amarras dicotômicas do gênero e da sexualidade, condicionada pela consciência, de si e do mundo.

Assim, se para Kauê a internet foi uma ferramenta fundamental para sua emancipação de gênero, hoje continua sendo, pois é através dela que atua profissionalmente (antes mesmo da pandemia da COVID-19), prestando serviços para uma empresa de consultoria.

TEODORO

Oriundo da cidade de Chapadinha, região leste do Maranhão, Teodoro, 23 anos, atualmente se graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), em São Luís, conta que em 2015 desistiu do curso de Agronomia na Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Campus Chapadinha) para buscar atendimento ambulatorial em Belém – PA e assim

iniciar sua transição de gênero. Apesar dos conflitos inerentes a esse processo, Teodoro revela que sua família²² sempre significou cuidado e suporte, mesmo não o apoiando inicialmente. Afinal, Teodoro rompeu um importante valor na configuração familiar, que é o gênero, como o entendermos na sociedade ocidental. Tal atributo pode ser facilmente visualizado nas narrativas de natalidade, como por exemplo, os frequentes Chás de Revelação²³. Então, romper com esse roteiro, na maioria das vezes significa pagar um preço muito caro. Em sua rica análise acerca da acessibilidade de pessoas LGBTs à escolarização, Francisco Ednardo Barroso Duarte assinala que

Para algumas famílias, o rompimento com os valores que lhes são caros chega a parecer-lhes um ato “criminoso” no qual o sujeito causador de rompimento deve ser moralmente (ou simbolicamente) condenado e passível de sofrer sanções como ter que sair de casa e encontrar guarita em outros ambientes de aceitação e ausência de julgamento. (DUARTE, 2015, p. 164)

Tendo que trilhar um caminho árduo de negociação e adaptação à sua nova realidade para finalmente conseguir o necessário apoio dos seus, a narrativa de Teodoro se relaciona com os argumentos feitos por Larissa Pelúcio acerca das incorporações de estilos levando em conta seus processos de negociação. Para autora,

Essas possibilidades de transformação do corpo e incorporação de estilos não estão simplesmente disponíveis como peças para o consumo. Elas são aprendidas. Nesse processo são categorizadas, hierarquizadas, justamente porque nelas estão implicados valores que se confrontam ou se adequam a discursos hegemônicos sobre corpo, (homo)sexualidade, raça, classe. A adesão a um estilo precisa ser negociada, passa, portanto, por processos racionais de escolhas, ainda que não sejam percebidos sempre desta maneira pelas pessoas que os adotam. (PELÚCIO, 2011, p. 121)

²² Em *A Construção Social da Realidade*, Peter Berger e Thomas Luckmann, discorrendo sobre as formas de relacionamentos sociais, postulam que família significa “a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” e, por consequência, é a responsável por introduzir o “indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 175)

²³ Tenho percebido nos últimos anos uma espetacularização exacerbada a respeito desse evento que marca a experiência de gênero desde a gestação. Sob o risco de parecer apressada na minha reflexão, na falta de um estudo aprofundado sobre o tema, penso que esse fenômeno pode ter uma relação direta com as conquistas das pessoas trans e, por conseguinte, sua maior visibilidade. Assim, muito mais que um registro familiar da tão celebrada coerência de gênero, vejo como uma mensagem, uma demarcação de território frente às existências dissidentes.

Filho de metalúrgico e vindo de uma “família nuclear heterossexual” (SZYMANSKI, 2002), Teodoro carrega o legado do ofício que aprendeu com o pai e os irmãos, com quem se iniciou profissionalmente, produzindo móveis planejados em ferro, madeira e vidro. Percebo no seu relato uma clara relação entre o processo de aceitação familiar, em especial do seu pai, com essa herança profissional.

Apesar de ter seguido outros caminhos, não só no que se refere ao seu gênero, mas também profissionalmente, fica manifesto que manter sua origem é uma forma de preservar o elo com sua família. Sublinhada pelo que chamo de “fuga de roteiro”, como uma espécie de traição, a trajetória familiar de pessoas trans, no geral, é marcada pelo abandono (mas não só) justamente por borrar um dos esquemas estruturantes da modernidade imperial ocidental (MIGNOLO, 2008), que é o gênero, tal como compreendemos.

Pensando por essa perspectiva da negociação, quando Teodoro diz que “meu pai hj [hoje] em dia me apoia isso é oq [o que] importa”, isso pode significar entrelinhas que dentro das suas diferenças, houve um denominador comum que os manteve unidos, quer seja pelo afeto, quer seja por uma cedência mútua. Essas diferenças se cruzam, segundo Berenice Bento (2011), resgatando a proposição feita por Gayle Rubin (2003) da existência de uma hierarquia sexual (e identitária), produzindo “configurações plurais, tensas e divergentes” (BENTO, 2011, p. 100).

Há uma riqueza de dados analisados, como podemos observar. E eles demonstram a complexidade das existências trans nas suas mais variadas esferas, como qualquer grupo social. Suas conexões e diferenças suscitam uma gama de reflexões, assim como abre inúmeros caminhos possíveis pelos quais podemos trilhar e transitar pensando não só a transgeneridade²⁴, mas principalmente a cisgeneridade, enquanto estruturante da violência transfóbica. Falando em complexidade e pensando nas inúmeras barreiras e limitações impostas a quem vive deslocado da cisnormatividade, resgato aqui uma

²⁴ Há aqui a necessidade de distinguir o conceito de “transgeneridade” de “transexualidade”, muitas vezes usados como sinônimos. Sendo uma categoria mais global, segundo João W. Nery e Icaro Bonamigo Gaspodini, a transgeneridade se trata de “um âmbito de vivências subjetivas e intersubjetivas relacionadas ao rompimento com as normas binárias e essencialistas de gênero. Cada uma das diversas expressões da transgeneridade, entre elas a transexualidade, a travestilidade e a intersexualidade, expressam a diversidade da sexualidade humana. São sujeitos marcados pela transitoriedade identitária em oposição à fixidez heteronormativa.” (NERY; GASPODINI, 2015, p. 61).

discussão muito instigante encontrada no livro *Arte Primitiva em Centros Civilizados*, de Sally Price (2000). No trecho em questão a antropóloga discorre sobre o problema das ideias essencialistas sobre a arte dos povos originários e sua possível relação com um sentido de “pureza” e “simplicidade”. Para fomentar a discussão, Price resgata um trecho da fala do antropólogo estadunidense Edmund Carpenter²⁵ tecendo uma crítica ao artista britânico Henry Moore, no qual diz:

Henry Moore [teria dito que a arte primitiva] faz uma afirmação direta, sua preocupação primeira é com os assuntos mais básicos, e sua simplicidade vem de sentimentos diretos e intensos (...) a mais surpreendente qualidade, comum a toda arte primitiva, é sua intensa vitalidade. É algo feito por pessoas que têm uma reação direta e imediata à vida.

Tais afirmações são incorretas. Não importa o quão despido um povo, não importa o quão desesperadora sua situação, ninguém vive uma existência "básica", "simples", "direta", "imediata". Em todos os lugares, as pessoas criam e apreendem padrões; vivem em mundos simbólicos de sua própria criação. (CARPENTER, 1983 *apud* PRICE, 2000, p. 56).

Sendo assim, longe do intuito de esgotar o universo da análise, reiterando aqui mais uma vez a natureza não conclusiva deste trabalho, tais dados e considerações nos permitiram ao menos vislumbrar os diversos fatores (objetivos, subjetivos e simbólicos) que possibilitaram a chegada e a permanência de cada um(a) dos(as) entrevistados(as) na universidade.

ECOS NO MUNDO: RESSOANDO RESISTÊNCIAS

A abordagem que farei nesse tópico tem como base o terceiro e último eixo do questionário de pesquisa *online*, intitulado “marcadores sociais e experiências”, pensado para discutir sobre questões mais subjetivas referentes à autopercepção, leitura social e lugar no mundo. Por essa razão, neste momento darei ênfase e protagonismo às vozes das(os) entrevistadas(os), por vezes estabelecendo interlocução com minha própria experiência e, quando necessário, acionando algum(a) teórica(o). Em distinção ao tópico anterior no

²⁵ O excerto em debate faz parte da introdução feita por Carpenter para o livro *In the Middle: The Eskimo Today*, do fotojornalista estadunidense Stephen Guion Williams.

qual dividi as biografias por nome em ordem alfabética, aqui obedecerei ao fluxo da narrativa, acionando cada voz no momento propício.

Começo minha exposição resgatando o trecho de um texto que compõe *O Livro dos Abraços*, do saudoso escritor uruguaio Eduardo Galeano (2002). No fragmento em foco ele diz:

[...] quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada. (GALEANO, 2002, p. 15)

E é sobre isso que se trata esse tópico. Sobre celebrar vozes histórica e sistematicamente silenciadas por espaços de poder. Celebrar não porque agora estamos aqui, pesquisando, pensando desde dentro, mas porque mesmo silenciadas continuamos existindo apesar de. Seja nas fissuras, ou não.

Costumeiramente ouço nos espaços mais institucionais de discussão, sejam acadêmicos, político-partidários ou de militância, encabeçados principalmente por pessoas cisgêneras e brancas, frases do tipo: “Quero te dar voz!”, “Pensamos este espaço para dar voz à minoria tal...” etc. Este “dar voz” sempre me incomodou porque no subtexto é como se denotasse que o(a) outro(a) não tivesse voz. Que sua voz só passasse a existir, ser ouvida, no momento em que fosse legitimada por esses espaços. Assim, não quero aqui “dar voz” a ninguém. Essas vozes já existem, sempre existiram e continuarão existindo quer em espaços institucionais ou não. Meu propósito mínimo aqui é estabelecer um diálogo humanizante, “uma conversa entre [...] sujeitos, não um discurso de sujeito e objeto. É um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação” (HOOKS, 1989, p. 131 *apud* COLLINS, 2019, p. 416). E é falando em resistência que opero minha asserção em acordo com o que propõe María Lugones (2014), para quem

A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão < > resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação

pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a “libertação” perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política e o projeto da descolonialidade perdem sua base ancorada nas pessoas. (LUGONES, 2014, p. 940)

Aproveito o ensejo para fazer uma reflexão sobre certa romantização que percebo por parte de pessoas privilegiadas (seja pela classe, raça, gênero etc) em relação a minorias historicamente alijadas e seus processos de resistência. Eu mesma já fui, e ainda sou alvo de muitos olhares condescendentes de pessoas cisgêneras no que se refere às transfobias que já passei e passo. É como se a resistência fosse um fim em si mesmo e não sintoma de um [cis]tema violento que nos expropria escolhas e capitaliza nossos sofrimentos. Como esclarece Lugones (2014), a resistência não é o fim da luta política é antes seu começo, sua possibilidade. Ninguém deveria ser submetido a fazer esforços sobre-humanos para ter o mínimo de dignidade. Ter o básico como luxo. Então quando alguma pessoa cis em zona de privilégio me fala que tenho e preciso ser forte, que admira minha força, vejo nisso certo conformismo e reforço deste lugar que me foi imposto, pensando especificamente meu gênero. Imposto porque não foi o que escolhi ocupar. O lugar que me reconheci no decorrer da vida e o qual busco ocupar é o de mulher, porém a sociedade em que vivo, estruturada no cissexismo, diz “então você é trans!”. Assim, o ser trans é o que substantiva minha existência neste lugar e tempo históricos e, por consequência, adjetiva como devo vivê-la, à medida que marca meu corpo como abjeto e torna minha humanidade negociável.

Vejo com muita potência essa provocação de María Lugones e consigo visualizá-la em algumas vozes. Refiro-me, especialmente, às falas sobre corpo que surgiram diante da pergunta: *“As pessoas costumavam/costumam fazer perguntas sobre o seu corpo? Como você pensa essas perguntas: elas são*

invasivas?” Caio, por exemplo, pensando os olhares cissexistas sobre seu corpo, afirma:

Não estou aqui dizendo que precisamos ser professores das pessoas cis, mas eu consigo lidar bem na maior parte das vezes com perguntas sobre meu corpo. Mas quando a pessoa é invasiva e ofensiva eu sempre falo que ela está sendo e que não são todas as pessoas que são de boas com essas perguntas. [...] Eu tento me construir fora de todos esses parâmetros estéticos e comportamentais que a sociedade impõe, justamente pra saber o que me faz bem comigo mesmo e não o que faria as pessoas me olharem de forma respeitosa. É muito difícil, pois não existem muitos exemplos/referências que diferem desses marcadores, mas ainda assim, acredito que estejamos aqui pra desconstruir sempre o que já existe. [...] Acho engraçado como fazer cirurgias estéticas, programas e emagrecimento e certas coisas não surpreendem as pessoas assim, mas quando lidamos com percepção de gênero e corpo num sentido "sexual" principalmente, as pessoas não sabem como reagir. Umam encaram com raiva, outras com vergonha e outras se dão a oportunidade de aprender, mesmo que sejam a menor parte das pessoas hehehe

Mesmo com o desconforto de viver sempre se explicando, percebo em Caio uma necessidade de ser mais didático. Talvez essa disposição seja uma influência de sua participação em movimentos sociais e atuação nas articulações políticas do Estado acerca das demandas trans. Com isso, vê na sua experiência uma oportunidade de ensinar quem tenha disponibilidade de aprender.

Já Kauê, diante de tais interpelações e sobre a leitura social que fazem de si, é bem ligeiro e sucinto:

[...] sempre respondo de forma ríspida a esse tipo de pergunta. [...] Não dou muita importância.

Ainda assim ele não se furta de afirmar que mesmo não tendo disposição para atitudes inquisitivas, vê seu lugar no mundo como um propósito. A isto me disse que:

Penso que estou aqui para ajudar as pessoas a entenderem melhor a complexidade do mundo.

Apesar de procederem de formas distintas ante os questionamentos invasivos, Caio e Kauê percebem na sua forma de existir uma complexidade

que oportuniza a expansão de horizontes, à medida que suas existências possibilitam o aprendizado.

Para Catarina essa demanda chegou a ser mais violenta vinda até de professores, ao que ela me diz:

Inclusive professores da graduação, 2 ou 3 já perguntaram, em público, se eu tinha feito a "mudança de sexo" (com esses termos vulgarmente falando. Não só na universidade, mas nos espaços religiosos que eu frequentava antes. Corriqueiramente as perguntas situavam a genitália. Houve até uma ocasião, que o professor tocou nos meus seios para ver se eram de verdade, sem autorização é claro, não consegui reagir.

Ainda pegando gancho nas falas aqui expostas, trago a contribuição de Júlia, para quem ser trans é

Um lugar por vezes incômodo. Onde somos vítimas de estigmas como a prostituição onde uma mulher é vista como fetiche, visto como disponível aquela que serve para sexo, mas não para namorar ou casar. Também é um lugar incômodo por ser incomodada, assediada, questionada e pior as pessoas acham que devemos dar manual de como nos tratar, acham que por sermos trans temos que dar aula a todo momento sobre identidade de gênero, sexualidade, orientação sexual, e outros. Como devo te tratar? Ora trata-se uma mulher trans como se trata qualquer mulher, principalmente com RESPEITO

Uma coisa que percebo nos relatos acerca dessas interpelações corporais, inclusive das que vivencio e percebo, é que quanto mais marcadores do que é lido como feminino um corpo tem, mas invasivos são os avanços sobre ele. Assim, não é difícil nos deparamos com situações em que não satisfeitas em nos cutucar com olhares afiados e perguntas cortantes, pessoas cisgêneras cutucam, literalmente, a ferida da nossa não cisgeneridade. Da travesti que é “passável” e não tem seios ao cara masculino mas com mamas, o signo do “feminino” parece inflar de misoginia esses olhares já carregados de normatividade.

Diante de perguntas do gênero, Diana é mais enfática na sua colocação:

Eu odeio perguntas sobre minha genitália, porque eu nunca fico questionando sobre a genitália de ninguém e se fazem essas perguntas ao passo que sabem que sou trans, então parece que para os nossos corpos não há ética e bom senso, pois são corpos lidos como degenerados. [...] No geral, as pessoas automaticamente não questionam a minha feminilidade e me tratam no feminino, mas

essa leitura social não é em todas as ocasiões, já vi pessoas me olhando e rindo em alguns ambientes, geralmente pelo fato de perceberem que sou uma mulher trans.

Conectada à fala de Diana, Júlia questiona:

E aí você nota o preconceito: uma pessoa (mulher) trans não pode ser bonita; não pode estudar; não pode ser feminina, ou seja, a admiração vem do fato de que no imaginário coletivo uma pessoa trans é um monstro, um ogro. [...] quando as pessoas sabem ou descobrem que você é trans parece [que] isso dá o direito de invadirem nossas vidas e intimidades. Perguntas sem nexos, preconceituosas, e que as pessoas que fazem não gostaria de responder.

Sabe quando nos desenhos animados uma personagem bota o dedo no cano da arma de seu algoz invertendo a direção do tiro? Na realidade, nós sabemos que se fizermos isso a mão vai junto a sacrifício. Mas como não só de armas físicas a realidade é constituída, sabendo que existem também as simbólicas, discursivas, culturais etc., podemos buscar inúmeras possibilidades de meter o dedo nos canos a nós apontados, ou até mesmo sacar a navalha escondida embaixo da língua. Para mim, descobrir que era possível mudar o alvo, mesmo sabendo que o impacto no outro talvez não fosse tão forte quanto em mim, foi essencial no processo de auto-cura desses olhares. Assim, quando me interpelam como se meu corpo estivesse exposto em praça pública, eu só inverteo a revista. Ao fazer isso, não só divido o constrangimento habitual, como desestabilizo aquele corpo feito para não se pensar. E nesses momentos, como num desenho, o humor é a única válvula de escape. O riso sai, a marca e insegurança ficam.

E é em meio à insegurança de ser não sendo que faço um convite ao debate para Diana que diz:

Eu me sinto insegura em diversos aspectos da minha vida. A empregabilidade no Brasil é um problema, que atinge não só pessoas trans, mas que ser trans contribui dez vezes mais para que eu continue nessa situação. Eu me sinto uma professora qualificada para estar na frente de uma sala de aula, enquanto professora, mas sei que as minhas habilidades são questionadas a partir de quando sabem da minha condição. Em relação a afetividade, eu encontrei alguém que me respeita e me ama da forma que sou, mas em muitos momentos da vida, tive medo de morrer sozinha e fazer sexo de vez em quando, enquanto os homens cis me esconderiam de suas famílias e não que eu fizesse parte de alguma dessas. Eu reconheço que a solidão pode ser uma escolha para muitas pessoas, mas para a

maioria das pessoas trans é a única opção. Eu me imagino atuando em escolas públicas, onde eu possa fazer um concurso pra poder fazer parte de um ambiente formal de trabalho, porque eu já ouvi diversos relatos de pessoas trans que reclamavam sobre a transgeneridade as impedirem de atuarem nesses ambientes formais, principalmente em ambientes privados.

Seguindo no mesmo tom crítico e sensível da bióloga Diana, Catarina diz:

Me sinto deslocada ainda, me sinto em um não-lugar, em relação a família, a universidade, e nos mais diversos relacionamentos. Conquistei muitas coisas boas na vida, uma sortuda diria, para além da minha capacidade. Uma travesti negra e nordestina conseguir subverter (digo fugir mesmo) o ciclo de violência, só com muito apoio e sorte mesmo. Me sinto uma alegoria encaixada a normatividade, talvez parte dela. É uma vida solitária, por mais que as pessoas digam te apoiar, é uma caminhada que nenhuma pessoa cis pode fazer por nós. Entendo que todo mundo sofre na vida, mas temos que reconhecer o que alguns grupos passam por conta simplesmente do ódio e da indiferença.

Embora corra o risco de ser tangencial, mesmo porque não é minha intenção abordar a dimensão afetiva (romântico-sexual) neste escrito, percebo que muitas vezes a realização dessa extensão da vida social é uma atenuante do sentimento de não encaixe constante que paira sobre nossa existência. Aproveito o ensejo para adicionar três falas importantes dos(as) entrevistadas(os) e fermentar a discussão sobre inteligibilidade. A primeira é a de Catarina que diz:

As pessoas tendem a me ler como uma mulher trans, e percebo isso como uma forma de me higienizar, me colocar na relação homem e mulher. É sempre na divisa com o referente que vão nos enquadrar no que consideram normal. Digo, mulher trans é o outro da mulher cisgênera, que por sua vez é o outro no homem. Já nos alertava Jasbir Puar e Judith Butler. Me chamar de travesti seria uma afronta, me pormenorizar.

A educadora que se hormonizou desde cedo, explica ainda que o “conforto” de não ser uma explicação sempre esteve atrelado à sua “passabilidade”, ao que declara:

Foi algo que por um lado me ajudou bastante socialmente, mas me rendeu alguns problemas de saúde. O que me leva a dizer que quando "escondia" minha identidade, tudo corria bem, respeitavam meu nome e os pronomes de tratamento feminino. Mas quando me abria para determinado grupo ou pessoa, a reação era instantânea,

questionavam meu nome civil e me tratavam com pronomes masculinos.

Diana que também se hormonizou cedo e para quem a passabilidade igualmente é um dado, alega:

Eu sou insegura demais. A passabilidade me deixa insegura. Em vários espaços eu sou reconhecida enquanto mulher, mas percebo alguns olhares e risos ao meu redor, já aconteceu desses risos nem serem comigo (ou de mim), mas eu sempre acabo me sentindo insegura por medo de ser descoberta, mas o fato de ser tratada no feminino, espontaneamente, por outras pessoas que nunca me viram na vida, me conforta. Embora que isso não aconteça 100% das vezes. Eu não me cobro mais em ser a mais feminina, porque entendo que nem as próprias mulheres cis correspondem a essa perspectiva de feminilidade cobrada pela sociedade. [...] Na universidade não é frequente acontecer isso, mesmo quando as pessoas sabem/percebem que sou trans, mas em outros ambientes informais acontece bastante.

Por sua vez, Caio que faz questão de pontuar que seu lugar é o movimento, o ir sendo, diz:

Eu não me vejo nessa binariedade, mas também não assumo uma não-binariedade. Como disse acima, estou buscando minha forma de me expressar que não seja dentro nesses [desses] marcadores sociais já existentes. E apesar de estar com um físico mais "masculino", não quero ser visto nem tratado como homem cis, sou apenas o Caio que vai sempre se construir, desconstruir e reconstruir aos poucos e a medida que achar necessário. Acredito que não existe uma só forma de se viver dentro de um corpo e numa sociedade tão plural como a nossa. Precisamos aproveitar e ao menos tentar nos divertir com o que a natureza nos deu.

Mesmo tendo suas características próprias, a universidade por ser uma dimensão da vida social também traz consigo os marcadores de desigualdade que fazem pessoas trans ainda se sentirem inadequadas nela. Porém, esse sentimento de inadequação não impede que a ocupemos e por lá nos movimentemos. Nossa inserção neste espaço não é sobre encontrar um lugar (pois eles não existem), mais construí-los através de “um processo duplo de humanização” (BENTO, 2011, p. 85). Isto me remete a uma fala de Júlia, quando comentando sobre sua entrada na universidade e os efeitos disso no decorrer do tempo, declara:

Para os que lá estavam foi a chegada do inesperado, o pensar de forma diferente porque o objeto de estudo é agora pesquisadora. Observo também uma mudança de postura e a abordagem de temas como gênero e diversidade, talvez nunca haviam pensado nisso por que o diferente era distante, logo não é mais.

Endossando a percepção Júlia, Catarina reconhece que

Hoje ainda percebo essa diferenciação, as pessoas têm receio de falar comigo, principalmente nos espaços acadêmicos, tendem a pormenorizar minha pesquisa e trajetória como vítima da sociedade, sem nem ao menos me ouvir. A poética da vítima, sempre me colocam nesse lugar. Sei das nossas demandas sociais, é claro, mas falta dialogo claro na academia em relação a essas questões.

Ao me deparar com esses relatos, reflito também sobre minha própria trajetória na universidade. Lembro que essa tensão de me sentir um corpo deslocado nesta estrutura só se atenuou à medida que fui percebendo as rachaduras e quando do contato com outras pessoas trans. Um divisor de águas nesse percurso, por mais paradoxal que pareça, foi quando percebi que estar em um curso tradicionalmente mais acolhedor às diferenças – as Ciências Sociais – não me asseguraria mais comodidade. Passar por esse processo de “desromantização” quanto à desconstrução dos “meus pares” e do corpo docente foi essencial para que eu não me culpabilizasse ainda mais. Hoje mais ciente da complexidade das relações e tensões nelas envolvidas, reconheço a afirmação de Berenice Bento, quando ela diz que “somos feitos do mesmo material discursivo e que a noção de margem e centro funciona precariamente para delimitar os processos tensos de constituição das identificações.” (BENTO, 2011, p. 85).

Mais focado em transcender aos olhares sobre seu corpo, principalmente à sua mama, voltando-se a si mesmo, Teodoro relata:

[...] se eu focar em coisas ruins eu "piro minha cabeça" eu reconheço que ser trans na realidade BR não é nada fácil, eu reconheço meu privilegio de ter uma aceitação a mais do que outras pessoas trans não têm, por outro lado eu sigo minha vida focando em coisas boas, mantendo pessoas que me respeitam por perto, lutando por um futuro melhor pra mim, planejando, construindo, seguindo e sendo feliz, na medida do possível, não há outra realidade que não seja essa agora, Teodoro, eu me sinto confortável em viver hoje em dia na identidade que se construiu ate hoje, pessoas que me viram bebê já me disseram que hoje eu sou mais bonito porquê transpareço felicidade, e isso é a realidade.

Num mundo onde a lógica concorrencial mina as relações e impossibilita redes de apoio, vejo com muita potencialidade o exercício da união sem detrimento das diferenças sociais, como é possível visualizar na voz de Caio que aponta:

[...] acredito que eu esteja numa posição de privilégio em comparação com a maioria da população trans e travesti então, acredito que minha jornada aqui é a de utilizar esses privilégios para ajudar que outras pessoas tenham uma vida com o mínimo de dignidade. Eu não trabalho só pra mim, eu trabalho para os meus pares também. Não existe vida plena, sem vida construída com união.

As pessoas que pude conversar por ocasião da pesquisa, assim como as minhas experiências pessoais, enfatizam os processos de constituição de si e do corpo que enfrenta interpelações, pedidos de explicação e justificativas constantes. Espaços como a família, a escola e universidade, são marcados por essas situações onde a curiosidade parece se dar a despeito das práticas de respeito importantes às relações. Não raro, surgem situações nas quais somos percebidas(os) como não tendo um corpo, um sexo e um gênero esperados. As modalidades de relação, presentes nas falas, indicam ou o corpo sob o qual se pode perguntar; ou aquele que se deseja encaixar em um molde unitário, reflexo do binarismo. Penso que uma de nossas maiores dificuldades, especialmente enquanto pessoas ocidentalizadas, é lidar com a aterrorizante possibilidade de não conseguirmos ler o outro. Como diz Donna Haraway (1995):

As tecnologias de visualização aparentemente não tem limites; o olho de um primata comum como nós pode ser infindavelmente aperfeiçoado por sistemas de sonografia, imagens de ressonância magnética, sistemas de manipulação gráfica vinculados à inteligência artificial, microscópios eletrônicos com scanners, sistemas de tomografia ajudados pelo computador, técnicas de avivar cores, sistemas de vigilância via satélite, vídeos domésticos e no trabalho, câmeras para todos os fins, desde a filmagem da membrana mucosa do estômago de um verme marinho vivendo numa fenda entre plataformas continentais até o mapeamento de um hemisfério planetário em outro lugar do sistema solar. A visão nesta festa tecnológica transforma-se numa glutoneria desregulada; todas as perspectivas cedem passagem a uma visão infinitamente móvel, que parece ser não mais apenas a respeito do truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum, mas da transformação do mito em prática comum. (HARAWAY, 1995, p. 19)

Em face disso, a transgeneridade, como um dos variados fenômenos sociais que marcam a diferença, em se tratando das experiências de gênero, é sempre um lembrete que nem tudo passa pelo aparato taxonômico da cisgeneridade. E aqui pensando a diferença tendo como base a reflexão de María Lugones (2014) sobre a “diferença colonial”, para quem “a modernidade tenta controlar, ao negar a existência, o desafio da existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas” e “essa negação é a colonialidade” onde a “diferença entre moderno e não moderno torna-se – na perspectiva moderna – uma diferença colonial, uma relação hierárquica na qual o não moderno está subordinado ao moderno.” (LUGONES, 2014, p. 943).

Encerro aqui a exposição de nossas vozes trazendo à tona o potente eco da artista Eliara que resume bem a intenção não só deste tópico, mas do escrito como um todo, elaborado como um processo. E como tal permanece em movimento, em transe-trânsito, como uma “coalizão-em-processo em termos de ser-sendo e ser-sendo-em-relação” (LUGONES, 2014, p. 949). Então, dancemos:

Sinto-me em atenção constante para tudo e para todos. Sinto-me na responsabilidade de fazer giras girarem!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As existências trans, como todas as minorias sociais historicamente alijadas no Brasil, apontam para a dificuldade que temos em enxergarmos cultural e institucionalmente a diversidade como constituinte da nossa realidade. Realidade essa violentamente fraturada pelo colonialismo e engessada de e pela colonialidade. Seja na noção de uma democracia racial, numa ideia de identidade nacional homogênea ou até mesmo na festejada convicção de cordialidade essencial, temos presenciado nas últimas duas décadas, em face da emergência e certo desafogo de grupos precarizados, que estas são apenas camadas que constituem as máscaras do poder colonial. E o reacionarismo beligerante é seu sintoma.

Assim, em se tratando do empoderamento de pessoas trans, as lutas dos movimentos sociais, os processos de autodefinição e a ocupação dos espaços de poder, inauguraram uma mudança significativa, mesmo que

incipiente. E embora isto não seja o suficiente, as situações analisadas aqui demonstram que queremos e estamos caminhando em direção à construção de lugares com mais reticências e exclamações, e menos interrogações. À vista disso, pensar as várias camadas da atmosfera social – escola, universidade, família, corpo médico, Estado etc. – de forma menos sufocante e mais oxigenada para as vidas marginalizadas, no mínimo perpassa pelo estremecimento de suas bases epistêmicas e consequente transformação estrutural. Não para benefício de poucos(as), mas de todos(as).

Reforçando a natureza dialógica desta disposição investigativa, penso que o microcosmo aqui analisado nos oferece elementos possíveis de comparação com outros estudos e mapeamentos (mas nunca cercamentos) das realidades trans numa perspectiva mais macro, envolvendo tanto contextos quanto recortes outros. Pudemos ver que mesmo sendo um marcador de paridade entre as vozes aqui ouvidas, a transgeneridade está longe de demarcar uma narrativa uníssona. Ecoando de lugares distintos e, mesmo quando iguais, cada voz possui a sua latitude e alcance. Às vezes se interseccionando, às vezes não. E o meu intento aqui, sob o risco de ter falhado, foi tentar equalizá-las para que um dia, quem sabe, cada eco possa ser ouvido sem ruídos.

REFERÊNCIAS

A Sonata da lua de mel (Temporada 3, ep. 2). **Transparent** [seriado]. Direção de Jill Soloway. Estados Unidos da América: Amazon Studios, 2014. (30min)

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, Fifth Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2020.

BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?**, Coleção CULT, Salvador, EDUFBA, n. 9 , p. 79-110, 2011.

BRASIL. Expectativa de vida do brasileiro aumenta para 74 anos. **Portal Brasil**. 29 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/cidadania-e-inclusao/2012/11/expectativa-de-vida-dobrasileiro-aumenta-para-4-anos>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BRASIL. Decreto 7.388, de 9 de dez. de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, **Diário Oficial da União de 10/12/2010**. Brasília, dez, 2010.

BRASIL. Decreto nº 9.883, de 27 de jun. de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Diário Oficial da União de 28/06/2019**, Brasília, jun, 2019. pp. 19.

BRASIL. Resolução nº 12, de 16 de jan. de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. **Diário Oficial da União de 12/03/2015**. nº 48, Seção 1. Brasília, jan. 2015. p. 3.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento nº 73**, de 28 de jun. de 2018. Dispões sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Brasília, DF, jun. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.275/DF – Distrito Federal**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 01 marco 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoEF.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. de 2020.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Vozes: Petrópolis, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARPENTER, Edmund. Introduction. In: WILLIAMS, Stephen Guion. **In the Middle: The Eskimo Today**. Boston: David R. Godine, 1983.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista Latino Americana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. Dossiê n. 2, n. 14, p. 319-351, ago, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

COULTHARD, Malcom. **Linguagem e sexo**. São Paulo, Editora Ática, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

_____. **Mapeando as margens:** interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não brancas. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw>> Acesso em: 04 de out. de 2020.

OLIVEIRA, José Sebastião. [et al]. Direito de família e das sucessões I [Recurso eletrônico on-line]. **Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito**. Florianópolis, 2018.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidade LGBT sobre seus processos de escolarização e suas implicações em seus projetos de vida**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, p. 307. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilza Godoy. Computador na escola: novas tecnologias e inovações educacionais. In: BELLONI, M. L. (org.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, p.119-134, 2002.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. **Modernidade e identidade pessoal**. Diadema: Celta, 1997.

GRACE, Cece. **Provoke:** estranhos reagindo no Omegle. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2htN-xBfnLA&ab_channel=CeCe> Acesso em: 3 set de 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, T. (org.) **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2009.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu**. n. 5, p. 07-41, 1995.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir:** educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey K. **Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais**. Disponível em: <

http://www.academia.edu/2387656/Feminismo_transg%C3%AAnero_e_movimentos_de_mulheres_transexuais>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

JUNIOR, Nelson Ernesto Coelho; MORENO, Maria Manuela Assunção. Trauma: o avesso da memória. In: **Ágora**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 47-61, jan/jun., 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. **Coleção Educação para Todos**, Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador), Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, v. 32, p. 367-444, 2009.

KAAS, Hailey. **O que é Transfeminismo?** Uma Breve Introdução. 2. versão, 2015.

_____. **O que é cissexismo**. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**. Uma Palestra Performance. Trad. J. Oliveira, (2016). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/descolonizando-oconhecimento-uma-palestra/>> Acesso em: 20 out. 2020.

KRÜGER, Alcía; SPERANDEI, Sandro; BERMUDEZ, Ximena Pamela Claudia Diaz; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. In: **Revista Brasileira de Epidemiologia**. Brasília, v. 22, p. 13, 2019.

_____. **Aviões do cerrado**: uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do distrito federal brasileiro. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Brasília. Brasília, p. 116, 2018.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. ed. Rio de Janeiro, 1994.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In. HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rocco Editoras. Rio de Janeiro, p. 207-238, 1994.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens pajubeyras**: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade. Salvador: Devires, 2017.

LUCON, Neto. **“Expectativa de vida de travestis é de 35 anos, mas deve aumentar” afirma psicólogo social**. 18 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2015/02/expectativa-de-vidade-travestis-e-de.html>>. Acesso em: 25 out. 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, p. 935-952, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324. 2008.

MILHOMEM, André Luiz Borges; GENTIL, Heloisa Salles; AYRES, Sandra Regina Braz. Balanço de Produção Científica: a utilização das TICs como ferramenta de pesquisa acadêmica. In: **SemiEdu**, Cuiabá, 2010.

NERY, João W. GASPODINI, Icaro Bonamigo. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo de (org.) **Coletânea Diversa Diversidades**. 1. ed. Niterói, RJ Uff/Cead, p. 61-80, 2015.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. MOTT, Luiz. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil, 2019. **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti de. **Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 137, 2015.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Periodicus**, n. 8, v. 1, p. 396-417, abr. 2017.

PRECIADO, Paul. B. **Testo Yonqui**. Madrid: Espanha, 2008.

PRICE, Sally. **Arte primitiva em Centros Civilizados**. Tradução de Inês Alfano. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

QUEIROZ, Eliara. Terreiro Travestys: memórias encantadas de reviravoltas. Veículo SUR, 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/1998746527062667/videos/377468083682343>>. Acesso em: 30 de out. 2020

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. **Epistemologias do Sul**. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (orgs.). Coimbra, ALMEDINA, p. 173-118, jan. 2009.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 227-278, set. 2005.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, 2003.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. **Quando o “estranho” resolve se aproximar:** A presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, p. 116, 2016.

SERANO, Julia. **Whipping girl:** A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity. California: Seal Press, 2007.

SILVA, Antônio Sidney da. LUNA, Moisés Saraiva de. Travestis e transexuais e sua inserção no mercado formal de trabalho. In: **Cadernos de Gênero Tecnologia**. v.12, n. 39. Curitiba, p. 303-318, 2019.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, p. 152, 2017.

STOLCKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. In: **Caderno de Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1990.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. In: CARVALHO, M.C.B **A Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2002.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. RONDINI, Carina Alexandra. BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. In: **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4. São Paulo, p. 725-742, dez. 2011.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., (orgs). **Enlaçando sexualidades:** uma **tessitura** interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 249-270, 2016.

_____. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 244, 2016.

VOCÊ não está sozinho (Título original: Du Er Ikke Alene). Direção de Ernst Johansen e Lasse Nielsen. Dinamarca: Steen Herdel Filmproduktion, 1978. 1 DVD. (90min.)

WEBER, Max. **Ciência e política:** duas vocações. Brasília: Ed. Da UnB, 1983.

WINOCUR, Rosalia. Conflitos e diferenças geracionais no uso das tecnologias digitais. In: **Revista Desidades**, n. 2, ano 2, mar. 2014.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA *ONLINE*

1. Qual seu nome, idade, cidade natal, religião (se tiver) e nível de escolarização? (agradeço se puder indicar o curso e a instituição que estudou/estuda).
2. Você gostaria que eu usasse seu nome na pesquisa ou prefere o anonimato (nome fictício)?
3. Como você caracterizaria sua família?
4. Com quem você mora?
5. Como se deu sua auto percepção identitária?
6. Como e quando se deu sua transição de gênero? Você teve apoio familiar e de sua rede de amigos?
7. De que forma essa percepção afetou sua vivência escolar? Você sofreu algum tipo de violência nesse ambiente? Como reagiu?
8. O que significou, na sua trajetória, o acesso à Universidade e como você se sente neste espaço?
9. Você tem ou teve experiências no mercado de trabalho? Estas experiências foram impactadas por sua auto percepção identitária?
10. Você acha que os marcadores de raça, classe e sexualidade afetaram sua experiência de gênero?
11. Em relação à sua auto percepção de gênero, como você caracterizaria as reações e percepções das pessoas com quem você convive?
12. As pessoas costumavam/costumam fazer perguntas sobre o seu corpo? Como você pensa essas perguntas: elas são invasivas?
13. Como você pensa a sua percepção de gênero e a leitura que fazem de você?
14. Pensando nos sentidos que nos movem, como você se sente em relação ao lugar que ocupa no mundo, enquanto pessoa trans?